

ÍNDICE

	Págs.
AGRADECIMENTO.....	5
NOTA PRÉVIA À 4.ª EDIÇÃO.....	7
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	9

INTRODUÇÃO

1. Direito tributário substantivo e Direito tributário adjectivo	11
1.1. Termos da distinção	11
1.2. Uma noção adequada de <i>tributo</i>	12
1.3. Importância da denominação: Direito tributário e jurisdição tributária	13
1.4. O conteúdo do Direito Tributário adjectivo. Sequência	15
2. A actividade administrativa tributária	17
2.1. Noção de Administração tributária e enquadramento da sua actividade	17
2.2. Noção e classificação dos actos da Administração tributária	19
a) Actos singulares (individuais) e actos gerais	20
b) Actos unilaterais e actos consensuais	20
c) Actos impositivos e actos não impositivos	22
d) Actos definitivos e actos não definitivos	23
e) Actos de primeiro grau e actos de segundo grau	26
f) Actos expressos e actos tácitos	27
h) Actos válidos e actos inválidos. Actos eficazes e actos ineficazes	30
2.3. Os actos tributários em particular (noção ampla e noção restrita). Importância da autonomização	32
3. A jurisdição tributária	35
3.1. As finalidades e o enquadramento da jurisdição tributária	35
3.2. Dimensões constitucionais da jurisdição tributária	37
a) O princípio da constitucionalidade	38
b) O princípio da independência dos tribunais	39

	Págs.
c) O princípio da reserva da função jurisdicional em matéria tributária	41
d) O princípio da protecção jurídica	42
e) O princípio da reserva legal das garantias dos contribuintes	43
4. A privatização da actividade tributária. A des-administrativização e a intervenção dos privados	44
5. As garantias dos contribuintes (primeira abordagem)	46
5.1. Garantias administrativas	47
5.1.1. Garantias administrativas não impugnatórias	47
a) Direito à informação	47
b) Direito de participação	49
5.1.2. Garantias administrativas impugnatórias	52
a) Direito de reclamação	53
b) Direito de recurso (administrativo)	53
5.2. Garantias jurisdicionais	54
a) Direito de acção judicial	54
b) Direito de oposição	55
c) Direito de recurso (jurisdicional)	56
6. Caracteres essenciais do Direito Tributário adjectivo	56
7. O sistema português de Direito Tributário adjectivo	58
7.1. Evolução e antecedentes próximos	58
7.2. Fontes normativas	61
7.2.1. Espécies de fontes	61
7.2.2. As insuficiências da legislação tributária	62
7.2.3. Interpretação	65
a) Relevância do princípio da verdade material	65
b) Interpretação e dupla dimensão dos Direitos fundamentais	68
7.2.4. Integração	70
7.2.5. Aplicação	71
7.2.5.1. Aplicação no tempo	71
7.2.5.2. Aplicação no espaço	75

PARTE I
O PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

	Págs.
1. A noção de procedimento	79
1.1. A necessidade de uma visão multidisciplinar	79
1.2. O procedimento enquanto realidade jurídica	81
1.3. Posição adoptada	83
1.4. Procedimento e processo	85
2. As fases do procedimento, em geral	89
2.1. Fase da iniciativa	90
a) Espécies de iniciativa procedimental	91
b) A questão do objecto do procedimento	93
2.2. Fase instrutória	95
2.3. Fase decisória	98
a) Decisão expressa — deferimento ou indeferimento expressos	99
b) Decisão tácita — deferimento ou indeferimento tácitos	100
2.4. Fase integrativa de eficácia	103
3. Princípios aplicáveis ao procedimento tributário	104
3.1. O princípio da legalidade da actuação administrativa	105
3.2. O princípio da verdade material	106
a) Enunciação	106
b) Sub-princípio da cooperação	107
c) Desvios	109
3.3. O princípio da vinculação de forma	110
3.4. O princípio da celeridade	111
3.5. O princípio da proibição do excesso	112
3.6. O princípio da disponibilidade e do inquisitório	113
a) Princípio da disponibilidade	114
b) Princípio do inquisitório	116
3.7. O princípio da participação e do contraditório	118
3.8. O princípio da confidencialidade	119

	Págs.
3.9. O princípio da imparcialidade — o dever de investigação da Administração tributária	123
3.10. O princípio da obrigatoriedade de pronúncia ou de decisão	124
3.11. O princípio da obrigatoriedade de fundamentação da decisão	126
3.12. O princípio da publicidade dos actos.....	128
a) Publicidade mediante publicação	129
b) Publicidade mediante notificação — o regime das notificações em matéria tributária.....	129
a) Noção e tipos de notificação.....	129
b) O regime das notificações em matéria tributária	131
3.13. O princípio do duplo grau de decisão	134
4. Os actores do procedimento.....	136
4.1. Pressupostos procedimentais.....	136
4.2. Legitimidade no procedimento — a legitimidade em geral	137
4.3. As entidades com legitimidade procedimental tributária.....	139
4.3.1. A Administração tributária	139
4.3.1.1. Noção de “Administração tributária” e enquadramento da sua actividade	139
4.3.1.2. A fixação da competência da Administração tributária. A competência tributária	142
4.3.1.3. Os factores atributivos de competência tributária.....	143
a) A competência tributária em razão da matéria.....	143
b) A competência tributária em razão do território	144
c) A competência tributária em razão da hierarquia	146
d) A competência em razão do valor	147
4.3.1.4. Os conflitos de competência.....	148
4.3.1.5. A incompetência	149
4.3.2. Os sujeitos passivos.....	150
4.3.3. Outras entidades com legitimidade procedimental: as partes nos contratos fiscais e outras pessoas que provem interesse legalmente protegido	152
5. Os procedimentos tributários em especial	152
§ único: sequência	152

	Págs.
5.1. Procedimentos de natureza informativa.....	154
5.1.1. Procedimentos cujo destinatário da informação é o contribuinte	154
5.1.1.1. Procedimento de orientações genéricas	154
5.1.1.2. Procedimento de informações vinculativas	157
5.1.2. Procedimentos cujo destinatário da informação é a Administração tributária.....	161
5.1.2.1. Procedimento de inspecção tributária.....	161
a) Enquadramento do procedimento de inspecção tributária	161
b) Espécies de inspecção tributária.....	162
c) Os actores do procedimento de inspecção tributária	163
a) A Administração tributária	163
b) Os sujeitos passivos.....	164
d) Conteúdo do procedimento de inspecção	167
a) dimensão material dos actos inspectivos.....	167
b) dimensão espacial dos actos inspectivos	168
c) dimensão temporal dos actos inspectivos.....	169
e) As consequências do procedimento de inspecção tributária	169
5.1.2.2. Procedimento de acesso a informações bancárias.....	171
a) Enquadramento do sigilo bancário.....	171
b) Derrogações ao sigilo bancário	173
5.2. Procedimentos de avaliação.....	176
5.2.1. Procedimento de avaliação prévia	177
5.2.2. Procedimento de avaliação directa.....	178
5.2.3. Procedimento de avaliação indirecta	179
a) Pressupostos da determinação da matéria tributável por métodos indirectos	179
a) Situações não patológicas — a aplicação do regime simplificado de tributação	184

	Págs.
<i>β)</i> Situações patológicas.....	185
1) Impossibilidade de comprovação e quantificação directa e exacta dos elementos indispensáveis à correcta determinação da matéria tributável de qualquer imposto.....	185
2) A matéria tributável do sujeito passivo se afastar, sem razão justificada, da que resultaria da aplicação de determinados indicadores objectivos da actividade de base técnico-científica.....	188
3) Os rendimentos declarados em sede de IRS se afastarem significativamente para menos, sem razão justificada, de determinados padrões de rendimento	191
4) Os sujeitos passivos apresentarem, sem razão justificada, resultados tributáveis nulos ou prejuízos fiscais durante vários exercícios consecutivos.....	194
5) Existência de um acréscimo de património ou despesa de valor superior a € 100 000, verificados simultaneamente com a falta de declaração de rendimentos ou com a existência, no mesmo período de tributação, de uma divergência não justificada com os rendimentos declarados.....	194
<i>b)</i> Controlo da aplicação dos métodos indirectos.....	195
5.3. Procedimento de reconhecimento de benefícios fiscais.....	197
<i>a)</i> Pressupostos do reconhecimento de um benefício fiscal.....	197
<i>b)</i> Consequências do reconhecimento de um benefício fiscal.....	198
5.4. Procedimento de ilisão de presunções.....	199
5.5. Procedimento de liquidação.....	201
5.6. Procedimento de cobrança.....	205
5.7. Procedimentos impugnatórios (de segundo grau).....	207
5.7.1. Procedimento de revisão da matéria tributável fixada por métodos indirectos.....	207
<i>a)</i> Pressupostos do pedido de revisão.....	207
<i>b)</i> Tramitação e consequências jurídicas.....	208
5.7.2. Procedimento de revisão dos actos tributários.....	210
5.7.3. Procedimento de reclamação graciosa.....	215
<i>a)</i> Enquadramento jurídico.....	215

	Págs.
<i>b)</i> Fundamentos da reclamação.....	216
<i>a)</i> Fundamentos relativos a questões de facto.....	217
<i>β)</i> Fundamentos relativos a questões de direito.....	218
<i>c)</i> Tempestividade.....	219
<i>d)</i> Tramitação do procedimento.....	219
<i>e)</i> Impugnação da decisão.....	222
<i>f)</i> As reclamações gratuitas necessárias.....	223
<i>a)</i> Reclamação em caso de autoliquidação.....	224
<i>β)</i> Reclamação em caso de retenções na fonte.....	225
<i>γ)</i> Reclamação em caso de pagamentos por conta.....	227
5.7.4. Procedimento de recurso hierárquico.....	227
5.8. Procedimentos cautelares.....	230
PARTE II	
O PROCESSO TRIBUTÁRIO	
1. Enquadramento do processo tributário.....	233
1.1. O processo tributário como um contencioso pleno — as quatro exigências constitucionais.....	234
<i>a)</i> A exigência de meios de reconhecimento de direitos ou interesses.....	235
<i>b)</i> A exigência de meios de impugnação de actos lesivos.....	236
<i>c)</i> A exigência de meios de determinação da prática de actos legalmente devidos.....	237
<i>d)</i> A exigência de meios cautelares adequados.....	238
1.2. O processo tributário como um contencioso de legalidade.....	239
2. Princípios estruturantes do processo tributário.....	240
2.1. Enquadramento.....	240
2.2. Princípio da plenitude dos meios processuais.....	241
2.3. Princípio da justiça (verdade material).....	241
2.4. Princípio da colaboração.....	242
2.5. Princípio da celeridade.....	242
2.6. Princípio do inquisitório.....	244
2.7. Princípio do contraditório.....	245

	Págs.
2.8. Princípio da aquisição processual	246
2.9. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	246
3. Os actores do processo tributário.....	248
3.1. Actor e parte no processo.....	248
3.2. Legitimidade para intervir no processo	249
3.2.1. A legitimidade em geral.....	249
3.2.2. As entidades com legitimidade processual tributária.....	250
3.2.2.1. Os sujeitos passivos.....	250
3.2.2.2. A Administração tributária — o representante da fazenda pública.....	251
3.2.2.3. O Ministério Público.....	253
3.3. O Tribunal.....	255
3.3.1. Jurisdição tributária e competência dos tribunais tributários. Termos da distinção.....	255
a) Jurisdição.....	256
b) Competência.....	259
3.3.2. A competência dos Tribunais tributários.....	260
— 3.3.2.1. Competência em razão da matéria.....	260
3.3.2.2. Competência em razão do território.....	261
3.3.2.3. Competência em razão da hierarquia.....	262
3.3.2.4. Competência em razão do valor.....	264
3.3.3. A incompetência dos Tribunais tributários.....	266
3.3.3.1. Incompetência absoluta.....	266
3.3.3.2. Incompetência relativa.....	268
4. O objecto do processo tributário (remissão).....	269
5. O formalismo processual.....	270
5.1. As fases do processo, em geral.....	270
5.2. As nulidades processuais.....	271
6. Os meios processuais (contencioso tributário).....	273
6.1. Introdução.....	273
6.1.1. Âmbito do contencioso tributário. Sequência.....	273

	Págs.
6.1.2. A escolha do meio processual adequado e o dever de correcção do processo (convolação).....	277
6.2. O processo de impugnação judicial.....	278
6.2.1. Âmbito e natureza do processo.....	278
6.2.2. Relações com a reclamação graciosa.....	279
6.2.3. Os fundamentos do processo (remissão).....	282
6.2.4. Tempestividade.....	282
6.2.5. A tramitação.....	285
6.2.5.1. Iniciativa: a petição inicial.....	285
6.2.5.2. Defesa: a contestação.....	289
6.2.5.3. Decisão pré-instrutória ou preliminar.....	290
6.2.5.4. A instrução.....	292
6.2.5.5. Alegações.....	294
6.2.5.6. Vista ao Ministério Público.....	295
6.2.5.7. Sentença.....	296
6.2.6. Os efeitos da decisão (execução do julgado).....	298
6.2.7. Os incidentes.....	300
6.3. O recurso contencioso dos actos administrativos em matéria tributária que não comportem a apreciação da legalidade do acto de liquidação (acção administrativa especial).....	303
6.4. A Acção para reconhecimento de um direito ou interesse em matéria tributária.....	306
6.5. O Processo de execução fiscal.....	309
6.5.1. Enquadramento e natureza.....	309
6.5.2. Pressupostos.....	310
6.5.2.1. Pressupostos materiais — o objecto do processo de execução fiscal.....	310
6.5.2.2. Pressupostos formais — o título executivo.....	313
6.5.3. Competência para proceder à execução fiscal. A dupla natureza dos actos de execução.....	315
6.5.4. Legitimidade para intervir no processo de execução fiscal.....	318
6.5.4.1. Legitimidade para intervir como exequente.....	318
6.5.4.1.1. Legitimidade para intervir como executado.....	318
6.5.4.1.1.1. Mediante processo de execução instaurado contra si próprio.....	318

	Págs.
6.5.4.1.1.2. Mediante reversão do processo de execução	319
a) Reversão em caso de responsabilidade tributária	319
b) Reversão em outras situações	322
c) Reacção ao despacho que ordenar a reversão	324
6.5.5. Tramitação do processo de execução fiscal	325
6.5.5.1. Instauração da execução	325
6.5.5.2. Citação do executado	326
6.5.5.2.1. Funções da citação	326
6.5.5.2.2. Exigências legais da citação	327
a) Exigências formais	327
b) Exigências substanciais	330
6.5.5.3. A reacção do executado	330
6.5.5.3.1. Dedução de oposição	331
a) Pressupostos genéricos — prestação de garantia e direito a indemnização	331
b) Requisitos da oposição	333
a) Requisitos materiais	333
b) Requisitos formais	335
c) Requisitos temporais	335
c) Tramitação do processo de oposição	336
6.5.5.3.2. Requerimento de dação em pagamento	337
6.5.5.3.3. Solicitação do pagamento em prestações	338
6.5.5.4. Penhora	341
6.5.5.5. Convocação de credores	343
a) Credores com garantia real	344
b) Cônjuge do executado	347
6.5.5.6. Venda dos bens penhorados	349
6.5.6. Vicissitudes do processo de execução fiscal: incidentes e suspensão da execução	351
6.5.7. Extinção da execução	354

	Págs.
6.5.8. Causas de nulidade processual	355
6.5.9. Reclamações das decisões do órgão da execução fiscal	355
6.6. Contencioso cautelar (jurisdicional)	360
6.6.1. Providências a favor da Administração tributária	362
a) O arresto	362
b) O arrolamento	364
6.6.2. Providências a favor do contribuinte. Em particular, o pedido de suspensão de eficácia de actos	365
6.7. Impugnação de providências cautelares adoptadas pela Administração tributária	366
6.8. Intimação para um comportamento	367
6.9. Processos respeitantes à derrogação do sigilo bancário	370
6.9.1. Enquadramento	370
6.9.2. Recurso da decisão administrativa de acesso a informações bancárias	371
6.10. Recurso da decisão de avaliação da matéria colectável com base em manifestações de fortuna	373
6.11. Reclamações das decisões do órgão da execução fiscal (remissão)	374
6.12. Meios processuais regulados pelo disposto nas normas sobre o processo nos tribunais administrativos	374
7. Os recursos das decisões dos tribunais tributários (recursos jurisdicionais)	375
7.1. Enquadramento	375
7.2. Decisões recorríveis	377
7.3. Legitimidade para recorrer	379
7.4. A instância de recurso	380
7.5. Termos em que o recurso deve ser interposto	382
PARTE III	
RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS	
EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	
§ único: sequência	385
1. Desjurisdicionalização, matéria tributária e princípios constitucionais	386
a) Princípio da reserva da função jurisdicional	388
b) Princípio da indisponibilidade do crédito tributário	390
c) Superação dos paradigmas clássicos	390

	Págs.
2. Quadro tipológico dos meios alternativos de resolução da litigiosidade tributária.....	391
2.1. Meios preventivos.....	392
2.2. Meios sucessivos/alternativos.....	395
2.2.1. No decorrer de um procedimento tributário.....	395
2.2.2. Após a conclusão do procedimento tributário.....	396
2.3. A localização da questão no âmbito do Ordenamento tributário português.....	398
3. Em particular, a arbitragem tributária.....	399
3.1. Âmbito e objecto.....	399
3.2. O Tribunal arbitral.....	400
a) Estrutura e composição.....	400
b) Constituição.....	402
c) Os efeitos jurídicos do pedido de constituição de tribunal arbitral.....	404
3.3. O processo arbitral.....	405
3.3.1. Breve referência aos princípios.....	405
3.3.2. Tramitação.....	407
3.4. A decisão arbitral.....	409
3.5. A colocação em crise da decisão arbitral (impugnação e recurso).....	411
a) Impugnação.....	412
b) Recurso.....	412

PARTE IV

PRAZOS

(A RELEVÂNCIA DO TEMPO NA PRÁTICA DE ACTOS NO PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO)

§ único: sequência.....	415
1. A exigência de limitação temporal das situações jurídicas.....	416
1.1. Princípio da preclusão e exercício de direitos em geral.....	416
1.2. Princípio da preclusão e exercício de direitos em Direito tributário.....	420
1.3. Prazos em procedimento e processo tributário.....	421
1.3.1. Tipos de prazos (prazos substantivos e prazos adjectivos).....	421
1.3.2. O modo de contagem dos prazos.....	423
a) Prazos substantivos.....	423
b) Prazos adjectivos.....	426



	Págs.
1.4. Em particular, a prescrição e a caducidade em Direito tributário (aproximação).....	427
2. Prescrição.....	431
2.1. Objecto da prescrição e relevância do facto tributário.....	431
2.2. Regime normativo.....	433
2.2.1. Contagem do prazo.....	434
2.2.2. Vicissitudes do prazo prescricional.....	436
a) Interrupção da prescrição.....	437
a) Alcance do efeito interruptivo.....	437
b) Âmbito subjectivo da interrupção.....	439
c) Âmbito objectivo da interrupção.....	441
b) Suspensão da prescrição.....	442
2.2.3. Modificação dos prazos prescricionais.....	444
2.2.4. Conhecimento administrativo e jurisdicional da prescrição.....	447
a) Conhecimento administrativo.....	448
b) Conhecimento jurisdicional.....	448
3. Caducidade.....	451
3.1. Enquadramento: a multiplicidade de prazos de caducidade.....	451
3.2. Em particular, a caducidade do direito à liquidação.....	452
3.2.1. A relevância do acto liquidatório e o prazo geral de caducidade.....	452
3.2.2. Regime normativo.....	455
3.2.2.1. Contagem do prazo.....	455
3.2.2.2. Vicissitudes do prazo de caducidade.....	459
3.2.2.3. Modificação dos prazos de caducidade.....	461
3.2.2.4. Conhecimento administrativo e jurisdicional da caducidade.....	461
a) Conhecimento administrativo.....	461
b) Conhecimento jurisdicional.....	462
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	463